



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Tradições, temporalidade e narrativa na
historiografia chinesa

Special Issue | Traditions, Temporality and Narrative in Chinese Historiography





As áreas econômicas-chave segundo Ji Chaoding: o desafio discreto de um marxista chinês ao eurocentrismo historiográfico

Ji Chaoding's Key Economic Areas: a discreet challenge from a Chinese Marxist to Eurocentrism in historiography

Christine Paulette Yves Rufino Dabat

christine.dabat@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-5715-7098> 

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, PE, Brasil



Resumo

O eurocentrismo em história constitui um empecilho para vislumbrar o passado, portanto o futuro, de muitas regiões do mundo. Grandes intelectuais e militantes marxistas propuseram uma leitura original da história de seus países, como Caio Prado Jr no Brasil e Ji Chaoding na China. Sua obra-mor *Áreas Econômicas-chave na História Chinesa tais como Aparecem no Desenvolvimento de Obras Públicas para o Controle da Água* (1936) ofereceu uma solução discreta à posição oficial do Comintern - o 'modo de produção feudal' - com implicações práticas no projeto revolucionário em termos de alianças de classes. Numa época muito difícil para seu país, o economista apresentou este estudo detalhado da história econômica da China até 1842. Propôs o conceito de zonas econômicas-chave, valorizando assim a riqueza e sofisticação da organização da sociedade clássica chinesa em questões de gestão da coisa pública, inclusive no campo, frente a desafios ambientais consideráveis. Esta preocupação ecoa debates no movimento comunista internacional e, até hoje, na academia.

Palavras-chave

China Antiga. Teoria e História da Historiografia. Marxismo.

Abstract

Historiographical Eurocentrism is an obstacle to study the past and, therefore, the future of many regions in the world. Great Marxist intellectuals and militants offered original perspectives on their countries' history, such as Caio Prado Jr. in Brazil and Ji Chaoding in China. Ji Chaoding's main work, *Key Economic Areas in Chinese History as Revealed in the Development of Public Works for Water-control* (1936), gave a discreet solution to Comintern's official position – "feudal mode of production" – with implications for the revolutionary project, especially in terms of class alliances. At a very difficult time for his home country, the economist proposed a detailed description of Chinese economic history until 1842. He used the concept of Key Economic Area, thus rating positively the wealth and sophistication of social organization in classical China, especially as far as managing *res publica*, including in rural areas, against considerable environmental challenges. Such preoccupation echoes debates in the international communist movement and even today in academia.

Keywords

Ancient China. History of Theory and Historiography. Marxism.



A obra de Ji Chaoding¹ no seu tempo

Uma das grandes originalidades da tese de Ji Chaoding (1903-1963) é propor uma versão sutilmente distante da identificação da China imperial como um imenso período dominado pelo modo de produção feudal. Esta designação foi utilizada, a partir do século XIX, para épocas da história da China bem como de outras regiões submetidas a alguma forma de colonialismo europeu (Dabat, 1995, p. 208).

Em primeiro lugar, lembrar-se-á a gênese da interpretação 'feudal' no seio do movimento comunista internacional. Em seguida, os embates na própria China serão evocados, particularmente num momento de derrota fragorosa das forças de esquerda (Partido Comunista da China PCCh e a fração esquerdista do partido nacionalista Guomindang, além de grande número de sindicatos e associações de camponeses particularmente nas províncias do Hunan e do Guangdong) frente ao golpe de Chiang Kai-shek e das potências coloniais, a partir de 1927.

Enfim, será examinada a própria tese de Ji Chaoding e sua sutil proposta de resgatar a história do Império do Meio das normas eurocêntricas que a condenavam a uma posição axiomáticamente subalterna. O conceito de zona econômica-chave (ZEC), proposto pelo economista, oferece uma solução criativa, fugindo da sujeição a uma euro-normatividade, e valorizando a longa experiência original da sociedade chinesa.

Com efeito, a solução do novo conceito permite resgatar a riqueza e sofisticação da experiência da época clássica na gestão da coisa pública. Ao detalhar os desafios encontrados e respondidos, ao fio das dinastias, tanto no âmbito das grandes obras quanto da própria gestão pública, o autor faz jus a um passado que a versão oficial cominterniana reputava 'feudal'. Explica ademais mudanças nos centros do poder senão político, pelo menos em termos de preponderância econômica.

No entanto, o disciplinado membro do Partido Comunista manteve implícita sua 'heresia', usando a nomenclatura oficial, embora de maneira discreta e original. Especialistas recentes realçaram a ousadia e pertinência de um pensamento inovador que demorou a ser valorizado na sua própria terra, embora os maiores intelectuais de sua época tenham reconhecido seu valor.

Modo de produção: um assunto com implicações políticas práticas

Os princípios eurocêntricos que norteiam a concepção da história universal, como ela é geralmente aceita, comportam axiomas subjacentes oriundos do difusionismo (Blaut, 1993,

¹ Transcrição pin yin do nome CHI Chao'ting. Ela será utilizada para os demais nomes próprios exceto para Chiang Kai-shek, Sun Yat-sen. De acordo com a tradição, o nome de família é o primeiro.



p. 1-49) e do evolucionismo cultural visando o 'progresso' e 'desenvolvimento' (Rist, 1997, p. 26 et ss), por meio da transferência de conceitos (Perrot & Preiswerk, 1975, p. 234).

Esta perspectiva condena a posições subalternas na escala do 'desenvolvimento' quaisquer outras regiões do mundo: o famoso 'bonde' da história permanece inalcançável. Justificou-se assim, naturalizando-a, a dominação militar das potências da Europa ocidental nos outros continentes (América Latina, Ásia e África).

Partindo do princípio da unidade do homem, o paradigma evolucionista quer dar conta ao mesmo tempo da diversidade das situações históricas dos povos (etapas da evolução) e da superioridade da 'civilização' europeia. (Schulte-Tenckhoff, 1985, p. 59).

As consequências desta operação afetaram a periodização e, portanto, as estratégias de luta dos movimentos revolucionários, pois a determinação de tal 'etapa' ou 'estágio' para dada sociedade – situada na escala fixa doravante vigente – estipulava alianças de classe a serem imperativamente formadas para alcançar a etapa subsequente.

Curiosamente, o marxismo aderiu a esta visão. Tendências atuais da historiografia mostram que, nos escritos do velho Marx, sociedades fora da Europa ocidental (particularmente a russa) eram consideradas de forma menos restritiva do que a *doxa* das Segunda e Terceira Internacionais registrou. De fato, o autor nunca pretendeu estender automaticamente suas conclusões sobre a Europa ocidental ao resto do mundo, como escreveu explicitamente numa carta à redação de *Otechestvenye Zapiski*:

[Metamorfosearam] totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem. Mas peço-lhe desculpas. Isso muito me honra, ao mesmo tempo em que me cobre de vergonha. (*Apud* Musto, 2018, p. 70-71)

Regiões então colonizadas pelos europeus, como a Índia e a China, foram tratadas por ele enquanto jornalista apenas, e suas análises sofrem conseqüentemente de "dificuldades" e "contradições ligadas à falta de dados", como realçaram vários analistas. (Gaulard, 2018, p. 45).



Marx, o modo de produção feudal e sua alternativa ‘asiática’

Típico do processo de transferência de conceitos é o uso do termo ‘feudal’ (‘feudalismo’ ou ‘modo de produção feudal’) para sociedades que, no século XIX, pareciam aos colonizadores por demais ‘desenvolvidas’ para serem classificadas no rol dos ‘primitivos’.

Índia e China, civilizações outrora reverenciadas pelos próprios ocidentais e seus ‘ancestrais escolhidos’ (Dabat, 1993 p. 25) - Heródoto reputava: “Tudo vem da Índia” - foram assim designadas como ‘feudais’. Esta suposta qualidade foi mesmo encenada, como nas cerimônias para a entronização do vice-rei das Índias, em 1877. Além do ridículo da cena descrita por Cohen (1992, p. 209-210), que o próprio Lord Lytton notou, ela só poderia fazer sentido para os próprios colonialistas, inventando uma decoração ‘feudo vitoriana’, até brasões para os príncipes indianos (desenhados pelo pai de Rudyard Kipling) e trajes ‘medievais’ para os soldados, na época de uma das maiores fomes no país (Davis, 2002, pp. 37-72).

Justamente, o grande medievalista Marc Bloch afirmou, na parte conclusiva da *Sociedade feudal* (1939), que tal procedimento de ‘transferência de conceitos’ (*avant la lettre*) o deixava inquieto. No mesmo sentido o era a “supremacia moral ligada à função do guerreiro profissional – preconceito tão estranho a outras civilizações, tal como, por exemplo, à chinesa” (Bloch, 1998, p. 466).

Feudalidades egípcias, acaias, chinesas, japonesas: outras tantas alianças de palavras (...) não deixam de inspirar discretas inquietudes aos historiadores do Ocidente, pois não poderiam ignorar a diversidade das definições de que foi objeto esta famosa palavra, mesmo na sua terra natal. (Bloch, 1998, p. 455).

Medievalistas europeus foram particularmente explícitos a respeito dos abusos de termos que, por serem ligados ao período ‘sombrio’ da história da própria Europa, não são bem conhecidos fora do seu círculo restrito de especialistas, levando a confusões semânticas (Fourquin, 1987, p. 11 et ss).

“China crucificada” (Gernet, 1972, p. 519)

A preocupação central de Ji Chaoding, examinando o passado à luz de sua expertise em economia para encontrar soluções para o futuro, corresponde a um período terrível – os anos 1930 – em que a China estava esfacelada: De um lado, vários senhores da guerra sob coordenação



de Chiang Kai-shek; do outro, as forças progressistas, sob a tutela do Partido Comunista da China (PCCh), refugiados da repressão feroz destes, em regiões conhecidas – no período de redação da tese – como República Soviética da China. O principal sovieta no Jiangxi foi forçado a uma retirada militar – a Longa Marcha (1934-35). Novo refúgio foi encontrado em outro sovieta, numa região do Shaanxi, perto de Xí'an, outrora capital do império.

Nestes tempos difíceis, a história recente da China com a grande revolta dos Taiping (1851-64) – lembrada pelos participantes na Longa Marcha (Walter, 1982, p.) – alimentava a esperança de uma reviravolta por ocasião de um levante camponês, segundo a tradição milenar chinesa do mandato do céu.

No entanto, com o sucesso recente da Revolução Russa, a questão de determinar o rumo do movimento revolucionário chinês moderno tornou-se imperativa. Doravante, a inspiração, senão o modelo, vinha do Oeste. A experiência bolchevique, apoiada no marxismo na versão da Terceira Internacional (Comintern), abria novas perspectivas adotadas pelos mais destacados intelectuais dos primeiros decênios do século XX, a exemplo de Li Dazhao (1888-1927) e Chen Duxiu (1879-1942).

Os debates sobre o marxismo e os países 'feudais' na Terceira Internacional

Se a Segunda Internacional não dedicou muita atenção à questão das sociedades não europeias-ocidentais, com notáveis exceções, a Revolução Russa e a falha das esperadas réplicas na Alemanha, Áustria e Hungria, no pós-Primeira Guerra Mundial, mudaram o eixo geográfico das atenções.

Na época de sua fundação, a Terceira Internacional testemunhava uma abertura de espírito que períodos subsequentes fizeram talvez esquecer. No início dos anos 1920, diversas tendências debatiam amplamente nos seus encontros, tanto quanto em amplas reuniões, como o Congresso dos Povos do Oriente em Baku (1920). No cerne, estava a questão da etapa na qual estes grandes países da Ásia (império otomano, persa, Índia e China) podiam ser classificados. A denominação 'feudal' era a mais divulgada. Ela supunha alianças de classe numa base nacionalista, isto é, de proletários e camponeses com as chamadas 'burguesias nacionais', supostamente anticoloniais.

Entre as vozes mais notáveis nestes debates, aquela do delegado indiano M. N. Roy (1887-1954). Sua participação era de tal importância que ele foi mandado como enviado à China, para ajudar o Guomindang (ainda sob a liderança de Sun Yat-sen (1866-1925), que ele conhecia desde 1915, no Japão) e o Partido Comunista da China, a organizar a luta. Fundador, com Mikhail



Borodin (1881-1951), do Partido Comunista do México (em 1919, o primeiro a aderir à Terceira Internacional, após o soviético), Roy tinha uma perspectiva ampla da situação política, não apenas na sua Bengala natal, nem mesmo no Raj, mas também em outros países não europeus.

Sua divergência principal da posição de Lenin, por exemplo, residia no fato que ele tinha muitas reticências em concordar com a frente unida entre as massas proletárias e camponesas e a burguesia dita nacional.

Roy, ao contrário, afirmava a especificidade do campo social 'atrasado' (pouca diferenciação entre burguesias em relação às classes "feudais") e a precariedade, senão a ausência de dinâmica revolucionária do nacionalismo "burguês". Era melhor manter as alianças (campesinato e povão) conformes à letra do modelo russo. (Chevrier, 1983, p. 50)

Ele defendia que não se poderia confiar nos exploradores destas massas, pois a classe burguesa seguiria seus próprios interesses, inclusive junto às forças coloniais, caso se sentisse ameaçada pelos explorados. A experiência inicial na China ilustrou o fato.

Especialistas trataram, com detalhes, de certas hesitações nestes primeiros anos do Comintern. Assim, em julho de 1920, a Tese XI sobre sociedades "feudais" ou "patriarcais" sugere uma "aliança temporária com democracia burguesa nos países coloniais e atrasados, mas sem se fundir com ela e, em todas as circunstâncias, é preciso manter a independência do movimento proletário, mesmo na sua forma mais rudimentar". Há, no entanto, um consenso sobre o fato de que

a estratégia, aplicada pelo Comintern à China dos anos 1920, é um modelo russo já desenvolvido pelo qual uma doutrina, forjada para o Ocidente urbanizado e industrializado, tenta se dobrar ao desenvolvimento menor das sociedades tradicionais do Oriente. (Chevrier, 1983 p. 42).

No que diz respeito à China, o peso do Guomindang e de Sun Yat-sen foi decisivo para criar esta aliança entre comunistas (e forças de esquerda) e a suposta 'burguesia nacional'. Os resquícios da resistência ao bolchevismo se situavam na Sibéria e muitas tropas 'brancas' se refugiaram no país. Portanto, os esforços do Comintern em fortalecer o movimento nacionalista chinês dominaram as atitudes em relação ao diminuto (em termos de efetivos) PCCh. Assim, a orientação de adesão individual dos comunistas ao Guomindang seguiu a proposta dos enviados do Comintern Maring e Borodin (Saich, s.d. p. 12).



Em junho de 1922, antes do segundo congresso, o Comitê Central do PCCh publicou seu “Primeiro Manifesto sobre a situação atual” que declarava que a tarefa urgente do proletariado chinês era de “atuar conjuntamente com o partido democrático para estabelecer uma frente unida da revolução democrática... para a libertação do povo chinês da dupla dominação dos estrangeiros e dos poderosos militaristas no nosso país – uma guerra que é tão necessária e urgente quanto inevitável”. (Liu, 2000, p. 342-343).

Esta primeira Frente Unida visando a recompor a unidade territorial da República contra diversos senhores da guerra – a Expedição do Norte, chefiada por Chiang Kai-shek –, foi considerada uma etapa necessária embora, desde dezembro de 1926, tenha-se reconhecido o herdeiro de Sun Yat-sen como “representante da alta burguesia” (Dirlik, 2005, p. 48). Os “excessos” dos movimentos camponeses em particular, eram denunciados e sua repressão sugerida para as forças da Frente Unida. Neste sentido, singulariza-se o *Relatório sobre uma pesquisa feita no Movimento Camponês no Hunan*, escrito após extensas visitas à região, por Mao Zedong e Yang Kaihui (Mao, 1982, pp. 37-57). Sobressai a compreensão mais atenta de pessoas, como outro dirigente, Peng Pai (1896-1929) (Galbiati, 1985), familiares do mundo rural, diferentemente dos dirigentes máximos, tanto do PCCh quanto do próprio Comintern, ocupados nos debates entre Trotsky e Stalin.

Tanto assim que suas Teses sobre a situação na China (de fevereiro de 1927), sob o título IV, “A revolução nacional e o campesinato”, afirmavam: “Na China, nas condições dadas, o proletariado é a única classe que possa conduzir uma política agrária radical”, sendo essa indispensável ao sucesso da revolução. (Broué, 1965, p. 39). No entanto, em junho do mesmo ano, o balanço “Resolução sobre a questão chinesa”, denunciava “o golpe de Estado de Chiang Kai-shek”, culpado por “fuzilar operários e camponeses”, e sugeria que “a burguesia [tornou-se] contra revolucionária”. (Broué, 1965, p. 211). Mas não houve mudança no entendimento profundo da situação, a não ser a ênfase em mobilizar os camponeses “com base na revolução agrária” (Broué, 1965, p. 214).

A catástrofe que constituiu o golpe de Chiang Kai-shek, apoiado pelas potências coloniais, foi avaliada pelo sexto Congresso da Terceira Internacional e a política de frente unida abandonada... apenas para incorrer em outras aventuras catastróficas para o movimento revolucionário chinês.

Os debates na China

Os anos 1920 e 1930 foram particularmente conturbados para a própria China, com o esfacelamento do território entre senhores da guerra e o golpe de 1927 que viu a ascensão do



fascismo² e a repressão feroz às forças democráticas e revolucionárias. Mobilizavam-se contudo para uma transformação da velha sociedade e a expulsão das potências imperialistas - entre elas o Japão atacando a Manchúria a partir de 1932 e entrando na China, propriamente, em 1937 – datas que alguns consideram como o início da 2ª Guerra Mundial.

Após o golpe, a elite comunista chinesa pôde repensar os embasamentos de algumas das orientações do Comintern a respeito da estratégia de aliança de classe para conduzir a luta. O PCCh ganhou aos poucos uma autonomia de fato em relação às diretrizes de Moscou. Na segunda Frente Unida (1937-1945), apoiados também nas lições da experiência soviética chinesa, manifestaram a eficiência extraordinária do movimento impulsionado de Yan'án, contra o Japão. Ela permitiu posteriormente criar as forças suficientes para derrotar Chiang Kai-shek, amparado pelos Estados Unidos, na Segunda Guerra Civil e fundar a República Popular da China, em 1949. Ou seja, as ideias e os objetivos que guiavam as decisões táticas e estratégicas, permitiram desdobramentos improváveis no continente.

No entanto, a *doxa* não foi revisada. A simples sobrevivência ocupava, com certeza, boa parte das forças dos que haviam conseguido escapar de tantas provações.

Li Dazhao, “o primeiro marxista” na China (Meisner, 1967, p. xiii) entre os mais destacados teóricos e dirigentes, fora um dos mais explícitos quanto ao potencial do campesinato na revolução. Desde cedo, havia encorajado os intelectuais chineses a “ir para as aldeias” (Meisner, 1967, p. 237). Defendia, com base em Marx, nos “próprios escritos sobre a China, para defender sua interpretação nacionalista da rebelião dos Taiping” (Meisner, 1967, p. 175).

Expostas em “Terra e camponeses” (1919), suas ideias sobre a necessidade de mobilização do campesinato para uma Reforma Agrária, remetem a um ideário próximo da tradição chinesa, inclusive na dimensão das sociedades secretas. Nada de ‘feudal’ nisso.

Suas perspectivas originais lhe haviam causado incompreensões e retaliações antes mesmo do golpe, quando, após a morte de Sun Yat-sen (em março 1925), havia sido expulso do Comitê Central Executivo do Guomindang.

Outro grande pioneiro do marxismo na China, Chen Duxiu, não compartilhava exatamente da perspectiva de Li Dazhao e Mao Zedong (1893-1976) ou Peng Pai (1896-1929), mas deixou escrita sua revolta com a catástrofe ocorrida. Numa “Carta a todos os membros do

² O Guomindang de direita ganhou contornos muito próximos dos seus equivalentes fascistas europeus (Itália, Portugal, Alemanha, Espanha franquista inicialmente). Chiang Kai-shek gozou de apoio militar do Terceiro Reich contra a República Soviética da China, no Jiangxi. Como Franco, lançou o movimento das “camisas azuis” e ordenava os membros de seu círculo imediato de ler *Mein Kampf* até a publicação de sua própria obra: *O Destino da China*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s.d.



Partido Comunista da China”, de agosto de 1927 (Broué, 1965, p. 293 *et ss.*), ele insurgiu-se contra a política de aliança com o Guomindang, rejeitando a responsabilidade dos desastres sobre o Comintern e seus aliados locais – embora fosse secretário-geral do PCCh até 1927. Com precisão, argumentou que havia tentado se opor às diretrizes de Moscou, em vão. Expulso em 1929, não hesitou em denunciar os responsáveis.

Influência soviética

Com efeito, a influência soviética não pode ser menosprezada. Ela denotava um “desconhecimento da realidade” (Mamigonian, 2008, p. 171) com sérias consequências. Em termos organizacionais, contatos com Li Dazhao em Beijing e Chen Duxiu em Xangai ocorreram, desde o começo de 1920, através do Birô de Irkutsk, com Voitinsky. Trocas diversas ocorreram como o envio de estudantes para Moscou (Broué I, 2007, p. 349) e, no ano seguinte, a fundação PCCh concretizou-se, sempre com a assessoria de enviados do Comintern (Studer, 2021, p. 336 *et ss.*), no caso Maring (Henk Sneevliet).

A seguir, a região sul do país, particularmente a província de Guangdong, fora investida por vários movimentos republicanos, com a presença do Guomindang, ainda presidido por Sun Yat-sen. O Comintern providenciou então meios organizacionais (Vishnyakova-Akimova, 1971, p. 140 *et ss.*) e outros para um alargamento do partido nacionalista ao qual os comunistas foram orientados a se associar, a título individual (Broué I, 2007, p. 355), apesar da oposição de membros eminentes como Peng Shuzhi (1896–1983) e Zhang Guotao (1897–1979). Em novembro de 1927, logo antes da outra catástrofe, em Cantão (Serge, 1977, p. 131),

[o] Politburo provisório, chefiado por Qu Qiubai, pronto para ser deposto, proclamou sua adesão a uma interpretação asiática da China, no sentido de que seu desenvolvimento histórico podia e, de fato, seguiu rumos diferentes de acordo com o ambiente físico. (Lewis, 1999, p. 65).

O golpe de Chiang Kai-shek, que Roy descreve como “chefe do grupo da ala direita burgo feudal” (1972, p. 144), e a demorada procura por uma nova via para a continuação da luta, alimentaram hesitações e outras derrotas – particularmente urbanas - que custaram a vida a milhares de militantes, inclusive os mais eminentes como Li Dazhao. O peso do modelo soviético e sua liderança através de pessoas como os ditos ‘28 bolcheviques’, ou Otto Braun (1900-1974), só foi vencido pela ausência de alternativa, após as derrotas no âmbito urbano-industrial. Terminou por convencer até os mais recalcitrantes a aderir à proposta de um nacionalismo com características chinesas, ou seja, rurais.



Neste sentido, sem alterar a nomenclatura, foi elaborado um modelo associando tradições chinesas (na condução da guerra; no apreço pela força do campesinato etc.) e, segundo alguns autores, como Yves Chevrier, algo do legado bolchevique. A fusão destas tradições – leninista quanto à organização e chinês ao considerar (na prática) o âmbito rural e seus trabalhadores como o terreno privilegiado de mobilização, em vez do proletariado urbano-industrial - resultou na Frente Unida Anti-Japonesa e, em seguida, na vitória sobre Chiang Kai-shek, em 1949.

Em termos teóricos, a opção maoísta parece ter sido, simplesmente, não mexer com a *doxa*. Percebe-se alguma impaciência em certos trechos de seus escritos (1967, p. 327) sobre a longa duração da suposta época ‘feudal’ na China. “Embora a China seja uma grande nação, embora tenha um imenso território, uma população numerosa, uma história milenar, ricas tradições revolucionárias e uma notável herança histórica”, lista Mao Zedong... antes de concluir rapidamente: “o regime feudal durou em torno de 3.000 anos” (Mao, 1967, p. 327).

Então, ‘feudal’ permaneceu a designação do que aconteceu na China até a investida colonial, que a havia supostamente tornado “semi-feudal”. Os usos são reconhecidamente, pelo que os próprios sinólogos comentam, algo genérico para qualificar o retrógrado, conservador. Sofri cita o sinólogo húngaro Etienne Balazs, que nota o quanto o vocábulo é vago; “a palavra ‘feudal’ é privada de um significado preciso. Tem simplesmente o sentido de ‘reacionário’ e designa tudo que se refere à propriedade da terra; algo similar ao francês ‘hobereau’ ou ao alemão ‘Junker’”. (1987, p. 366).

Obviamente, mudanças geopolíticas também afetam a historiografia.

Enquanto o socialismo revolucionário permanecia indivisível (...) a Rússia soviética era a grande corrente que ligava a China à história mundial. Mas, a divergência se tornando mais séria (...) parecia a muitos intelectuais chineses que era o momento de reafirmar a relevância fundamental de um passado chinês autônomo. Certamente, a falta de uma alternativa à visão soviética da história do mundo, nos anos 1960-62, ofereceu-lhes uma oportunidade de praticar suas competências de forma mais livre a respeito da história da China, e até mesmo o uso de analogias históricas tradicionais. (Wang, 1975, p. 15).

Ji Chaoding: Driblando as diretrizes

Ji Chaoding, economista e ativista político, foi membro do PCUS e do PCCh. Depois de participar das mobilizações do 4 de maio 1919, contra o tratado de Versalhes que entregava



o Shandong (antiga possessão colonial alemã) ao Japão (embora a China tivesse participado com os aliados do esforço de guerra contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial), formou-se, em Beijing, na famosa instituição Tsinghua. Era ativo nos grupos da Nova Cultura e se dedicava ao estudo – em inglês – de literatura, arte, economia e direito, sem esquecer os exercícios físicos. Defendia também a novidade do uso do idioma vernáculo. Neste período, “converteu-se” ao marxismo (Lewis, 1999, p. 15).

Foi continuar seus estudos nos Estados Unidos em 1924. Nas universidades de Chicago (mestrado) e Columbia (doutorado), completou sua formação acadêmica. Nessas duas instituições, foi titular de uma bolsa financiada pelas indenizações pagas pelo erário público chinês às potências ocidentais depois do Cerco às Legações Estrangeiras pelos Boxers, em 1900. Estas vultosas somas abasteceram um fundo de bolsas de estudo, de valor individual diminuto, para jovens chineses, nos países envolvidos, particularmente nos EUA.

Durante sua estadia, associou-se ao Partido Comunista deste país, com contatos com pessoas eminentes do Comintern, como Mikhail Borodin (1884-1951) e Willi Münzenberg (1889-1940), ao mesmo tempo em que sofria do clima antichinês reinando no país desde o final do século anterior. Envolvendo-se, mais uma vez, no trabalho militante, participou, por exemplo, do congresso da Liga contra o Imperialismo, organizado em Bruxelas, pelo Comintern, bem como do Sexto Congresso deste, onde atuou como secretário do delegado chinês Deng Zhongxia. Nestas viagens, passou pela Universidade dos Povos do Oriente, chamada Universidade Sun Yat-sen, em Moscou. A partir de então, sua atividade desenrolou-se em parte na clandestinidade, viajando extensivamente.

Nestas oportunidades, encontrou, entre outros intelectuais ligados à IIIª Internacional, Karl Wittfogel, “sinólogo do Comintern” (Chevrier, 1983, p. 96) então membro do partido comunista alemão (KPD), por ocasião do Segundo Congresso da Liga Anti-imperialista, em Frankfurt-am-Main, em 1929.

A significação do Congresso de Frankfurt para Ji Chaoding reside no seu encontro com o comunista alemão Karl Wittfogel e sua discussão sobre o Modo de Produção Asiático. Ji havia tido conhecimento do Modo de Produção Asiático quando estudava a teoria marxista na Universidade Sun Yat-sen em Moscou, em 1928. Seu professor, Ludwig Magyar, um dos maiores proponentes da teoria, havia recentemente publicado uma monografia provocante: *Análise da Economia de uma aldeia chinesa* (Zhongguo nongcun jingji yanjiu), na qual identificava a China como uma das sociedades estagnantes, estáveis da Ásia que não obedeciam às



leis universais do desenvolvimento econômico que Marx havia estabelecido com seus estudos sobre a Europa. (Lewis, 1999, p. 64).

A obra inicial de Wittfogel (1931) é importante para entender aquela de Ji Chaoding no campo do marxismo do período. Mas, ela se distingue do famoso *Despotismo oriental* (1959), publicado depois da conversão do autor ao macarthismo militante.

De volta aos EUA, Ji Chaoding participou, com Philip Jaffe, da publicação de *Amerasia*, entre outras atividades editoriais e culturais, como sua colaboração com Sergei Tretyakov para uma peça de teatro. Em 1935, defendeu sua tese, aqui focada, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

A carreira de Ji Chaoding continuou em várias dimensões, particularmente no campo das relações econômicas internacionais. Em 1938, com financiamento da Fundação Rockefeller, foi incitado a investigar a guerra econômica do ponto de vista da China em conflito com o Japão. Entre outros encontros significativos, ele dividiu acomodações com John Stewart Service, figura importante da Missão Dixie, encarregada da cooperação de Chongqing (capital do Guomindang durante a 2ª Guerra Mundial) com Yan'an (capital do PCCh durante o conflito).

Ji Chaoding teve uma carreira discreta, mas eficiente na administração financeira das trocas econômicas entre a China continental, nacionalista e depois comunista, e o Ocidente. Por ocasião de sua morte súbita, em 1963, recebeu um reconhecimento oficial de grande destaque, que não lhe havia sido concedido em vida, com a eulogia fúnebre de Zhou Enlai (1898-1976), revelando seu pertencimento histórico ao PCCh.

Modo de produção na obra Áreas Econômica-Chave

Durante sua vida, o autor gozou do reconhecimento de acadêmicos tão importantes quanto Joseph Needham que o descrevia como “um autor erudito e brilhante” e julgava sua obra *Áreas Econômica-Chave*. A *história revelada pelo desenvolvimento de obras públicas para o controle hidráulico*.³ como “talvez o livro de maior destaque, no Ocidente e naquela época, sobre o desenvolvimento da história da China” (Zou, 2013, p. 182). Anna Louise Strong lhe dedicou seu livro *A China Luta pela Liberdade*,⁴ publicada em tradução portuguesa, no Brasil, em 1944:

³ *Key Economic Areas in Chinese History as revealed in the Development of Public Works for Water-control*. Tese publicada, em Londres, por Allen & Unwin, American Council, Institute of Pacific Relations, em 1936. E, em Nova York, intitulada “2ª edição”, a versão utilizada neste artigo. New York: Paragon Reprint Corp. 1963. Foi também publicada em italiano: *Le zone economiche chiave nella storia della Cina*. Milano: Einaudi, 1972. Última edição em inglês: Routledge, 2019.

⁴ O título original é *One Fifth of Mankind*.



Devo agradecimentos a muitos amigos chineses que me auxiliaram na obtenção e no preparo desta narrativa de seu país, particularmente ao Dr. Ch'aoting Chi, cujo bem executado trabalho crítico na edição dos fatos da história da China foi inestimável. (Strong, 1944, p. 3).

Trabalhos acadêmicos recentes o designam como “um dos primeiros teóricos marxistas no Ocidente, na medida em que Ji explorou o modo de produção asiático durante a pesquisa para o doutorado em economia na Universidade de Columbia” (Lewis, 1999, p. 6). Esta frase de Lewis, autor de uma extensa biografia, embora com fundamentos, pode levar a um quiproquó, pois nunca foi o objetivo declarado de Ji Chaoding desafiar as diretrizes do Comintern, como reconhece o biógrafo:

Jaffe notou sua surpresa, portanto, quando Ji pareceu “perturbado e algo com raiva” que Jaffe tenha mencionado sua dívida com Wittfogel após a resenha ter saído. Supus que, por conta dela, Ji seria provavelmente criticado por ter escrito a respeito do modo de produção asiático, ao mesmo tempo, pelo Comintern e o Partido Comunista da China que o haviam rejeitado especificamente vários anos antes. (Lewis, 1999, p. 82).

O modo de produção asiático

A alternativa ao modo de produção ‘feudal’, adotado pelo Comintern sem muitas hesitações, foi debatida rapidamente no início dos anos 1920, período tão complexo e repleto de lutas pela sobrevivência do próprio projeto soviético que o assunto não ganhou muito destaque frente às emergências concretas de várias ordens.

Com o objetivo de uma atitude mais respeitosa quanto à singularidade do passado de inúmeras sociedades (China, mas também Índia, Império Otomano, Irã etc.), enfurnadas sem maiores precauções no Modo de Produção Feudal, alguns estudiosos haviam se esforçado para encontrar alternativas. O Modo de Produção Asiático é uma delas. Entre os mais destacados autores recentes, podem ser citados Gianni Sofri (1977 e 1987), Ferenc Tokei (1969) bem como Maurice Godelier (embora tenha se desencantado com a potencialidade) (CERM, 1974 e 1991) e Mylène Gaulard (2018).

Ao contrário, o sinólogo Jean Chesneaux permaneceu mais ortodoxo, embora sua impaciência com a concepção eurocêntrica da história seja notável, particularmente em *Do passado fazemos tábula rasa? A respeito da história e dos historiadores*. (1976).



Inovação sem desafio frontal

A obra-mor de Ji Chaoding tem a virtude de conseguir driblar a imposição cominterniana, ao mesmo tempo em que salva todos os elementos que permitiriam outra conclusão além da tese absurda do 'feudalismo'. Absurda porque, como já mencionado por Marc Bloch, traços elementares do 'modelo' europeu não correspondem – ou mesmo contradizem – a realidade observada e amplamente documentada no Império do Meio. Ademais, se fosse o mesmo modo de produção, o modelo haveria, pela enorme antecendência, de ser chinês!

A obra *Áreas Econômicas-Chave* abrange o período imperial de 255 AEC a 1842 EC. É construída em sete capítulos bem articulados com subcapítulos em números entre dois e doze. Todos têm títulos extremamente precisos, conduzindo o assunto com segurança de um tópico mais geográfico ao estudo de caso dos vales do Huang Ho ou do Yangtzé, passando por considerações políticas e de gestão da coisa pública com suas raízes filosóficas, Mencius por exemplo. Ilustrações na forma de desenhos e mapas tornam a realidade descrita mais inteligível ao leitor.

A obra original de Ji Chaoding tem por ideia principal que os esforços concentrados do Estado no controle das águas (irrigação e drenagem; diques de contenção dos rios; complexos hidráulicos para regular os fluxos na desembocadura dos rios; ou ainda comportas para permitir a passagem entre vias fluviais com níveis de água diferentes etc.) correspondem a mudanças na preeminência sucessiva de distintos territórios importantes no império.

[A] unidade de centralização do poder do Estado na China só podia significar o controle de uma área econômica onde a produtividade agrícola e os meios de transporte tornassem possível que o abastecimento em grão na forma de tributo, fosse tão predominantemente superior àquele de outras áreas que qualquer grupo que controlasse esta área tinha a chave para a conquista e unidade de toda a China. (Ji, 1963, p. 5).

Desde o início do livro, o autor elabora a lista destas áreas sucessivas, desde a antiguidade (Ji, 1963, p. 9). Ele sublinha a função central do tributo (ou seja, o imposto) enquanto sua coleta era uma tarefa importante dos agentes locais do Estado, recrutados de acordo com um modelo secular de meritocracia que deixou alguns iluministas admirativos. No entanto, o financiamento das obras e de sua permanente manutenção não dispensava o uso eventual da força armada.



Sutileza na ‘heresia’

Ji foge do ‘feudalismo’ ou modo de produção ‘feudal’ sem, contudo, deixar o termo completamente de lado. Seu uso é muito parcimonioso, e remete sobretudo ao tempo anterior à formação do império unificado com a dinastia Qin (III século AEC), um divisor de águas, por assim dizer, na sua visão da longa duração na história da China. Assim, são mencionadas “barreiras feudais entre os reinos combatentes” (Ji, 1963, p. xii) ao descrever a situação encontrada pelo primeiro imperador. No mesmo sentido, assinala “o fim do feudalismo clássico” (Ji, 1963, p. 3). No máximo, usa da palavra de “semi feudal” (Ji, 1963, pp. xiii; 12; 124, 135, 142 etc.) qualificando tanto a propriedade privada quanto a burocracia ou simplesmente a época (já na dinastia Ming). Dá de fato destaque ao poder organizativo do Estado, da burocracia central, do clã imperial.

Contando as ocorrências, no conjunto da obra, “feudal” é mencionado uma dezena de vezes: “estados feudais” (Ji, 1963, p. 60); “lutas feudais” (Ji, 1963, pp. 64 e 115); “senhores feudais” (Ji, 1963, p. 80); “feudalismo” duas vezes, ambas para designar seu declínio após os Zhou (Ji, 1963, pp. 3, 59, 60, 78); duas vezes “senhorial” – “seignioral” – que lembra o francês “seigneurial”. Às vezes, o termo “servo” é encontrado: “servo-camponês” para designar famílias (pp. 54, 56 e duas vezes, p. 58) ou pessoas (duas vezes, pp. 57, e 60, uma vez, p. 63); “família de servos” (p. 56); e “servo” simplesmente (pp. 56, 57, seis vezes, p. 59, uma p. 108).

Dívida com o primeiro Wittfogel

Ji Chaoding reconhece uma dívida para com a obra do que poderia ser chamado o primeiro Wittfogel (Ji, 1963, p. 11). Em nota, ele também afirma que sua dívida é com o conceito de “mudanças nos centros de gravidade em termos econômicos e políticos, mas sem mudança estrutural nas formas sociais ou econômicas, isso se torna um problema de deslocamento, as Áreas Econômicas Chave, cuja solução oferece uma chave importante para o entendimento da história da China”. (Ji, 1963, p. 3).

No entanto, discretamente em pé de página, ele menciona algumas discordâncias na interpretação, ao mesmo tempo que agradece seu amigo Joseph Pachtman por traduzir partes do livro oralmente e o próprio Wittfogel por ter fornecido as citações em inglês.

Com efeito, a evolução política do antigo comunista alemão, nos decênios subsequentes, obscureceu esta primeira obra, doctoral, *Wirtschaft und Gesellschaft Chinas: Versuch der wissenschaftlichen Analyse einer grossen asiatischen Agrargesellschaft*. (Leipzig, 1931). Em 1938, publicou “Die Theorie der orientalischen Gesellschaft” que retoma a questão frequente da suposta ‘estagnação’ das sociedades orientais.



A obra de Ji Chaoding

Com detalhes geográficos precisos, o autor descreve, em cada região, a intervenção do Estado, como a irrigação na área de loess. Cita Wittfogel quanto à importância vital da irrigação:

em todo lugar, na China, é uma condição indispensável para a agricultura intensiva, base sobre a qual a sociedade agrária chinesa foi construída, exatamente como a sociedade industrial do capitalismo moderno foi construída na base do carvão e do ferro. (Ji, 1963, p. 12).

A historiografia interdisciplinar recente tem ecos surpreendentes a este respeito. A Geografia, no sentido topográfico e climático, constitui a base da regionalização proposta nessa perspectiva. Assim, destaca a importância das aluviões deixadas pelos rios tanto na ameaça de assoreamento quanto dos desafios técnicos para atuar na regulação das correntezas na desembocadura do rio Amarelo. Cita até o grande engenheiro Pan Xijun, da época Ming, cujo trabalho é referência até hoje. (Rego, 2016).

Outro destaque é dado à rede de rios e canais “distribuída de forma vantajosa num território imenso e contínuo” (Wittfogel *apud* Ji, 1963, p. 28) e, para a região Sul, o celeiro da China, a importância da drenagem. Apela até para a literatura, por exemplo, através da lenda de Yu e o dilúvio. (Ji, 1963, p. 46 *et ss.*).

A manutenção adequada das obras garante a centralidade de uma dada Zona Econômica Chave, em oposição a seu abandono que leva a um “declínio drástico na produtividade”, dando precisamente como exemplo a província do Shaanxi no segundo milênio. (Ji, 1963, p. 24).

Presentes também são considerações metodológicas sobre a grande quantidade de documentação que reuniu: além de muitos textos oficiais, relatórios, notícias etc., mapas antigos. Apenas o cruzamento das fontes permite afirmações, reputa o historiador (Ji, 1963, p. 50). Afirma também a importância da geologia e procede por asserções que, alerta, deverão ser testadas à luz de novas pesquisas.

No fim da era dos Estados Combatentes, a mudança no sistema de posse/propriedade da terra, operou ampla liberação de força de trabalho, o que permitiu grandes obras, explica. Menciona sobretudo a dinastia Han (Ji, 1963, p. 62). A nova escala destas intervenções é ilustrada: abrir canais importantes assim como construir represas. (Ji, 1963, p. 68). Cita o canal Zhengguo, no vale do Chin, “que tornou Shaanxi central a primeira área econômica-chave.” (Ji, 1963, p. 69).



A unificação da China, que resultou da ação de Qin, abriu uma nova época na história da China. Inaugurou um período no qual o desenvolvimento de obras públicas para o controle da água teve um papel cabal na unidade e divisão política da China por vinte séculos, e influenciou sobremaneira a mudança para o sul do centro de gravidade da vida econômica, do vale do Huang Ho à bacia do Yangtze. (Ji, 1963, p. 69).

Abordar esta questão de frente era ousado na medida em que, segundo Marx, os sistemas de controle da água, na Ásia, eram a prova de que a civilização estava aí num nível “por demais baixo e a extensão territorial por demais vasta para que se possa considerar o surgimento de associação voluntária” (Saich, s.d.), em vez do Estado. O eurocentrismo era explícito, ao comparar com as Flandres e a Itália (onde o fenômeno foi conduzido por empresas privadas).

Ji Chaoding não tinha como fugir do roteiro, até porque estava numa posição não apenas acadêmica, mas também como militante. Nos anos 1930, com a ascensão dos fascismos, era difícil emitir dúvidas. Estes fascismos (inclusive na China de Chiang Kai-shek), não deixavam muita margem para fugir do menor denominador comum no seio das Frentes Unidas e Frentes Populares que os enfrentavam.

No entanto, logo em seguida ao fiel retrato da posição marxiana e marxista, o autor enveredou pelo detalhamento de como o sistema funcionava. Na escala da aldeia, em primeiro lugar, e em escalas maiores, em seguida, sob coordenação das autoridades estatais. (Ji, 1963, p. 71). Ele toma o cuidado de detalhar a perspectiva do oficial do Estado, enquanto zelador do bem comum. Enfatiza assim que apenas este objetivo, e seu sucesso, legitimavam o poder da dinastia reinante. O oficial do Estado tinha por dever preocupar-se com a situação de controle de inundações e secas “da mesma forma que ele se preocupa de dores e doenças de sua própria pessoa” (Ji, 1963, p. 72).

Ji Chaoding tomou muito cuidado ao detalhar tanto as dificuldades desta função (de vários tipos: má vontade, resistências eventuais etc.), quanto às respostas da pirâmide de mandarins, nas diversas escalas de responsabilidades e autoridade. Ilustrou sua perspectiva mencionando textos oficiais, os quais citavam “as tarefas pesadas e difíceis” que os responsáveis do Estado enfrentavam. Um deles menciona, na dinastia Ming: “construir taludes ao longo do rio Amarelo é como construir obras de defesa na fronteira e, ficar vigilante em relação ao dique é como fazê-lo na fronteira”. (Ji, 1963, p. 73).

Pode se notar talvez alguma ironia em relação à *doxa* em comentários como:

A vastidão do território mencionado por Marx acentua naturalmente a dificuldade da tarefa. Deveria ser óbvio por que obras de tal magnitude e gravidade estão além



da capacidade dos camponeses e mercadores, e só podem ser executadas pelo uso de recursos centralizados e da autoridade do Estado. (Ji, 1963, p. 73).

Ele não deixa de mencionar também Max Weber que realçou a importância da irrigação para Egito, Ásia Ocidental, Índia e China, inclusive quanto à dependência do comum dos mortais “do funcionamento da burocracia”. (Ji, 1963, p. 73).

A respeito do berço da dinastia Qin, cita o historiador Sima Qian (145-86 AEC) que entendia a importância da arrecadação em grãos, portanto, do aumento da produção, para o sucesso de uma dinastia, embora “não garanta o sucesso, nem garanta contra uma derrota subsequente a uma vitória temporária.” (Ji, 1963, p. 77).

O canal Zhengguo constitui o alicerce do sistema de irrigação, no Shaanxi central, para os séculos futuros. Tornou a região central do Shaanxi a área econômica-chave na China. O seu controle deu aos Qin uma arma que, no fim das contas, provou ser poderosa o suficiente para subjugar o resto do país. (Ji, 1963, p. 77).

Procedendo assim a uma revisão dos conhecimentos sobre cada dinastia, o autor utiliza como referência documentos seus próprios oficiais. Assim, sob os Han, o transporte fluvial permitia o envio de grãos e “abastecia [o exército] em comida, evitando assim a escassez.” (Ji, 1963, p. 79). Outro exemplo é o canal de 600 km (300 li), planejado para “conectar a capital Chang’an com o rio Amarelo – encurtando em dois terços a distância do transporte dos grãos do tributo e reduzindo o tempo à metade.” (Ji, 1963, p. 81). Trata-se de uma obra na qual dezenas de milhares de soldados tomaram parte. O mesmo fenômeno pode ser encontrado na adaptação do rio Ren no Norte, a partir do Shandong

Gestão

O autor não hesita em comentar as falhas do sistema, citando os críticos da época. Assim, se Wu Ti editava decretos a respeito da manutenção das obras hidráulicas, ele negligenciou “o bem estar do povo de cinco de dez distritos ao deixar o dique do rio Amarelo sem reparos”, enquanto cuidava apenas de “um canto do reino”. (Ji, 1963, p. 84).

Valoriza também progressos como as eclusas, outra façanha da tecnologia chinesa clássica. Da mesma forma, a competência em drenar áreas de pântanos, que permite uma extensão da área cultivada. (Ji, 1963, p. 91; p. 135).



Todas estas obras significavam esforços intensivos e competências para, por exemplo, controlar inundações, uma das razões pelas quais o rio Amarelo é chamado de “pesadelo da China”. O autor lista instâncias (e custos) em várias regiões: Henan, Hopei do Sul e Oeste do Shandong (Ji, 1963, p. 92), mas também Sichuan (Ji, 1963, p. 96). Ademais, algumas obras providenciavam energia para a instalação de moinhos para polir o arroz, bem como para a fiação e tecelagem, funcionando o ano todo. (Ji, 1963, p. 97).

No baixo Yangtze, o autor concentra-se nas inovações das dinastias Sui e Tang, o Grande Canal fazendo emergir uma nova área econômica-chave nas dinastias subsequentes Song, Yuan, Ming e Qing. (Ji, 1963, p. 112).

O sistema de transporte, aperfeiçoado por várias delas, permitia manter abastecida a capital política no Norte, embora a produção do Sul se tornasse preponderante (Ji, 1963, p. 113). Obras complexas foram construídas por mobilizações em massa de trabalhadores de ambos os sexos. (Ji, 1963, p. 120). Embora obviamente admirativo da perícia destas realizações, Ji Chaoding não deixa de sublinhar a dimensão de classe.

O Estado chinês era francamente baseado sobre a teoria do domínio de classe, o que significava a concentração dos recursos excedentes, muitas vezes, incluindo uma grande parte daqueles necessários à vida, que eram arrancados do povo, enquanto instrumento de poder e para satisfazer as demandas extravagantes do poder dominante. (Ji, 1963, p. 121-122).

As implicações do trabalho ‘forçado’ nestas condições ‘semifeudais’ (termo usado duas vezes, como na p. 135) ocorreu com “crueldade, e seu nível é diretamente proporcional à magnitude do trabalho empreendido” (Ji, 1963, p. 123), sendo o Grande Canal famoso por isso. Citando um documento oficial, ele ilustra:

Todos os homens entre as idades de 15 e 50 anos deviam se reunir de acordo com um edito real. Todos aqueles que tentavam se esconder eram passíveis de decapitação... Os camponeses, portanto, reuniram-se no número de 5.600.000. Então, cada família devia contribuir com uma criança, um velho ou uma mulher para preparar as refeições dos trabalhadores. Cinco mil homens jovens e corajosos receberam a ordem de se armar de bastões [para manter a disciplina]. Contando os chefes de equipe e outros administradores, o número total de pessoas empregadas no canal chegava a 5.430.000.



No começo do oitavo mês do quinto ano do reino de Da Ye (600 AD), cestos e pás foram empregados; os trabalhadores estavam distribuídos ao longo de milhares de li, na direção oeste-leste. [Após a conclusão do trabalho numa dada secção], quando os trabalhadores foram contados, dois milhões e meio de trabalhadores e vinte e três mil soldados haviam sido perdidos. (Ji, 1963, p. 123).

Em seguida, ele lista o foco das contribuições originais ao sistema, providenciadas por cada dinastia citada, desde o próprio transporte com as eclusas e outros dispositivos, além das questões de administração de um sistema complexo que permitia que sete milhões de toneladas de grão fossem transportadas para o Norte: estabelecimento de armazéns ao longo do percurso; escavação do leito de rios participando da rede; construção naval especializada etc. (Ji, 1963, 127).

A conclusão é que o sistema provou ser “seguro e eficiente” (Ji, 1963, p. 127). A falta de manutenção adequada deste, no Século da Humilhação,⁵ causou sofrimentos imensos às populações ribeirinhas e a todos os trabalhadores envolvidos nele. (Davis, 2002, pp. 73-91 e 351-357). Ji Chaoding ressaltou as consequências nefastas para a população da má gestão destes sistemas complexos, em qualquer região. Também realçou a consciência aguda que os melhores responsáveis tinham do entrelaçamento destes fenômenos. Assim, segundo o engenheiro já aludido, Pan Jixun:

O sistema de transporte do Grande Canal pode tirar grande benefício de cuidados adequados ao rio Amarelo. Como o transporte do grão do tributo não pode ser interrompido, nem que seja por um ano, o rio Amarelo não deve ser negligenciado, nem mesmo um ano. Para atingir estes dois objetivos com uma ação apenas, o controle do rio Amarelo é importante. Antes dos Song e Yuan, ele mudou de curso muitas vezes de forma repentina (...). Mas, sob o regime atual, não mudou seu curso em mais de duzentos anos. Isto é devido ao grande cuidado que recebeu enquanto setor do Grande Canal. (Ji, 1963, p. 142).

Em seguida, detalhou os desastres ocorridos quando a gestão destes sistemas sofisticados falhava. Havia até mesmo riscos para os governantes: a perda do ‘mandato do céu’. Sem hesitação, mencionou as medidas adequadas das dinastias Yuan (Mongol) e Qing (manchu): entre os fatos destacados, a ação do famoso Lin Zexu (1785-1850), ilustre por ter se oposto ao

⁵ Período da Primeira Guerra do Ópio (que começou em 1839) até 1949.



narcotráfico de ópio organizado pelas potências coloniais a partir da Índia invadida, para derrubar o governo chinês. Sua competência abrangia igualmente a gestão dos recursos para abastecimento; ocupação de terras incultas no Hopei (inclusive para fornecimento ao exército) etc..

Na conclusão da tese, Ji Chaoding resumiu o seu objeto, reiterando com algumas frases que os conceitos, por ele propostos, não se aplicavam ao chamado Século da Humilhação.

Enquanto dispositivo conceitual para o estudo das relações regionais, a ideia de área económica-chave contribuiu para a iluminação do caráter regional na época semifeudal na China. Era uma época na qual a agricultura, especialmente a agricultura irrigada, constituía a principal atividade, na qual a produção agrícola dependia do bom funcionamento de uma grande variedade de obras de controle das águas, construídas e mantidas pelo Estado e nas quais o Estado, dominado pela burocracia detentora de terras, utilizava as atividades de controle da água como uma arma econômica na luta política. Isso era um meio principal de desenvolver e manter áreas econômicas-chave como base econômica para o controle unificado de um grupo de territórios regionais mais ou menos independentes e autossuficientes. (Ji, 1963, p. 148-149).

Desdobramentos recentes

Felizmente, novas tendências na historiografia não estão mais presas às normas e diretrizes então vigentes. Assim, Greg Lewis e Marylène Gauchard, por exemplo, abrem perspectivas inovadoras. Na sua obra sobre Ji Chaoding, o primeiro demonstra ousadia ao utilizar, desde o resumo, o termo ‘modo de produção asiático’ para descrever a proposta deste autor. Ao longo de sua própria tese, ele reafirma e apoia sua decisão com elementos comprobatórios.

Embora nunca tenha usado a expressão, e se abrigar regularmente sob o vocábulo ‘feudal’ ou ‘semifeudal’, Ji Chaoding, como o nota Lewis com muita justeza, apenas nas últimas páginas de sua obra parece romper decisivamente com o modo de produção asiático e Wittfogel. Declara: “o conceito de área económica-chave não pode ser aplicado à China após 1842 e a abertura ao mercado mundial e a influência da industrialização.” (Lewis, 1999, p. 81).

Uma vez a paz restabelecida na China, a historiografia pôde desenvolver se tanto dentro quanto fora do país com diversidade de posicionamentos. Grandes autores ensaiaram aplicações do modo de produção asiático a outras sociedades, com a vontade explícita de recusar “uma visão



ocidental-centrada do pensamento marxista ortodoxo” (Gaulard, 2018, p. 9) que reduzia suas originalidades. A autora cita também Jean François Billeter (2006) e Kenneth Pomeranz (2006).

Chesneaux manifestou uma tendência muito ortodoxa, reputando:

A sociedade rural chinesa não está organizada em função dos grandes domínios senhoriais (...) Mas a textura profunda da sociedade é a mesma; justifica-se qualificá-la como feudal no sentido lato do termo, mesmo não existindo alguns aspectos característicos do feudalismo ocidental (os servos ligados à terra, por exemplo). (Chesneaux, s.d., p. 19).

Mas, o mesmo autor também lembra:

Os modos de produção não se sucedem mecanicamente, nem de forma linear, cada povo passando imutavelmente pelos mesmos estágios. Esta concepção unilinear bloqueou por muito tempo as discussões sobre o modo de produção asiático, mencionado por Marx, mas recusado desde Stalin pelo marxismo soviético. (Chesneaux, 1976, p. 44).

E continua de forma surpreendente, aventando a possibilidade de recorrer ao “M.P.A.⁶, definido por Marx como a combinação de um poder do Estado que exercita o mando supremo no campo econômico, e de comunidades camponesas vivendo em quase autarcia.” (Chesneaux, 1976, p. 44). Gernet também manifesta ceticismo quanto à capacidade explicativa da terminologia herdada do Comintern. Enfatiza a falta de conhecimento de muitos autores ocidentais que se satisfazem com denominações genéricas (nem dominam, em suma, o chão histórico que a terminologia é suposta descrever na própria Europa). Ademais afirma:

É um grave erro de método querer caracterizar no seu conjunto e por toda a duração de sua existência o sistema imperial chinês, porque sistemas políticos são organismos vivos que se adaptam sem cessar às transformações sociais e econômicas quando não estão, por pouco tempo, em contradição com elas. (Gernet, 1972, p. 25).

Muitos dos maiores autores assumem uma posição conciliatória, por mais imprecisa que se torne. Assim, Fan Wenlan, embora manifeste pontos de vista mais ousados pela proximidade

⁶ Modo de produção asiático.



do modo de produção asiático, termina se rendendo à versão oficial, com as ressalvas de um historiador sério e detalhista:

O feudalismo chinês diferia do feudalismo europeu na medida em que ele permitia a livre alienação da terra, permitia certo grau de mobilidade social e era caracterizado pela fusão dos proprietários fundiários e comerciantes. (Feuerwerker, 1969, p. 22).

Junto com Fan Wenlan, Guo Moro, por exemplo, refere-se também a uma definição do 'feudalismo' como sendo "essencialmente uma economia de grandes proprietários fundiários na qual a exploração do trabalho 'servil' é a forma dominante de agricultura." (Feuerwerker, 1969, p. 30). Na República Popular, particularmente nos períodos com debates mais acirrados, 'feudal' designava pessoas ou atitudes consideradas retrógradas, conservadoras.

Talvez seja a ascensão espetacular da República Popular da China, nos últimos decênios, que tenha dado a liberdade de reconsiderar muitos aspectos do seu passado, vencidas as sombras de estagnação, quanto mais de retrocesso (Dirlik, 2005, p. 60).

Por isso, herdeiros longínquos de Ji Chaoding, talvez como Gaulard e Lewis, não hesitam em abrir, por assim dizer, as cortinas conceituais que mascaravam e menosprezavam a incomparável riqueza do passado do Império do Meio que tão brilhantemente Ji Chaoding havia conseguido discretamente salvar de véus circunstanciais decididos no mais alto nível do movimento revolucionário, apenas para conduzir melhor a luta então em curso.

Ressuscitando a capacidade explicativa do modo de produção asiático e, como o nota Gaulard (2018, p. 11), admitindo uma intervenção do Estado "fora dos padrões keynesianos", a aplicação eventual do conceito a períodos mais recentes conduz a discussões acaloradas. Arif Dirlik o sugeriu, justificando, assim, a publicação de seu livro para "reintroduzir nas discussões contemporâneas assuntos que são revividos para provocar novos tipos de debate." (2005, p. 4).

O biógrafo de Ji Chaoding chama a atenção sobre a demora em divulgar sua obra na própria China. Analisando as reticências em não "adotar semanticamente o conceito de modo de produção asiático", Lewis avalia que o estudo de seu biografado "permaneceu por demais não ortodoxo para tradução, enquanto vivia". E conclui:

A tese de Ji Chaoding continua a levantar o debate e suscita admiração na China atual. A prestigiosa Academia Chinesa de Ciências Sociais, na sua Secção de História Econômica, reimprimiu a tradução original de 1979, com uma nova introdução, no final de 1998. (Lewis, 1999, p. 83).



Revisitando a obra de Ji Chaoding, os próprios chineses, mas também muitos outros povos, inclusive os brasileiros, podem encontrar inspiração para revalorizar seu passado, rechaçando o epíteto 'feudal', como o sugeriu Caio Prado Jr, evitando assim o eurocentrismo avassalador, mas sem fugir de uma visão crítica em termos de classe.

Referências

- BILLETER, Jean-François. **Contre François Jullien**. Paris: Allia, 2006.
- BLAUT, James Morris. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. New York/London: The Guilford Press, 1993.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Tradução de Liz Silva. Lisboa: Ed. 70, 1998.
- BROUÉ, Pierre (Ed.). **La question chinoise dans l'Internationale communiste (1926-27)**. Paris : EDI, 1965.
- BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista 1919-1943**. V. 1 A ascensão e a queda. São Paulo : Sundermann, 2007.
- CERM. **Sur le 'mode de production asiatique'**. Paris : Ed. Sociales, 1974.
- CHESNEAUX, Jean. **Du passé faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens**. Paris : Maspéro, 1976.
- CHEVRIER, Yves. Mort et transfiguration : le modèle russe dans la révolution chinoise. **Extrême-Orient, Extrême-Occident**, 1983, n°2. L'idée révolutionnaire et la Chine : la question du modèle. pp. 41-108. http://www.persee.fr/doc/oroc_0754-5010_1983_num_2_2_887. Acessado em 8 junho 2019.
- CHI Chao-ting. **Key Economic Areas in Chinese. History as revealed in the Development of Public Works for Water-control**. New York: Parangon Reprint Corp. 1963.
- COHEN, Bernard S. Representing authority in Victorian India. HOBBSAWM, Eric & Terence RANGER. **The invention of tradition**. Cambridge : Cambridge UP, 1992.
- DABAT, Christine Rufino. A escolha dos ancestrais ou notas sobre o curioso itinerário geográfico da história oficial. **Revista de Geografia**. Recife. V. 9, 1993, p. 25 - 66.
- DABAT, C. Rufino. Notas sobre a transferência dos conceitos de 'feudalismo' e de 'modo de produção feudal' aplicados a regiões não-europeias. Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 11 n. 2 jul./dez. de 1995, pp. 199-228.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DIRLIK, Arif. **Marxism in the Chinese Revolution**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.
- FEUERWERKER, Albert. Chinese History in Marxian Dress. FEUERWERKER, Albert (Ed.) **History in Communist China**. Cambridge Mass.: MIT Press, 1968, pp. 14-44.
- FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- GALBIATI, Fernando. **P'eng P'ai, and the Hai-lu-feng Soviet**. Stanford : Stanford Univ. Press, 1985.
- GAULARD, Mylène. Le mode de production asiatique et la Chine. Retour sur la pertinence d'un concept biaisé. **Revue d'Histoire de la pensée économique**. Déc., No 2, 2018, pp. 39-64.
- GERNET, Jacques. **Le monde chinois**. Paris: A. Colin, 1972.
- GODELIER, Maurice. Le mode de production asiatique : un concept stimulant, mais qui reste d'une portée analytique limitée. **Actuel Marx**, 1991/2 (No 10), pp. 181-199.
- LEWIS, Gregory Scott. **Shades of red and white**. The life and political career of Ji Chaoding 1903-1963. Arizona State University, 1999.
- LIU, Yangi. **The Origins of The Chinese Communist Party and the Role Played by Soviet Russia and the Comintern**. PhD York: Univ. of York. 2000.
- MAMIGONIAN, Armem. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. DEL ROIO, Marcos (Org.) **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se centros**. São Paulo: Ícone, 2008, pp. 145-200.



- MAO Tse-tung. **Política**. Org. Eder SADER. São Paulo : Ática, 1982.
- MAO Tse-Tung. La révolution chinoise et le parti communiste chinois. **Oeuvres Choisies**. Vol II. Pekin : Editions en Langues Étrangères, 1967.
- MEISNER, Maurice. **Li Ta-chao and the Origins of Chinese Marxism**. Cambridge Mass.: Harvard UP, 1967.
- MUSTO, Marcello. **O Velho Marx**. Uma biografia de seus últimos anos [1881-1883]. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PERROT, Dominique & PREISWERK, Roy. **Ethnocentrisme et Histoire**. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux. Paris: Anthropos, 1975.
- POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**. A China, a Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna. Lisboa: 70, 2013.
- REGO, Débora Lopes do. **Águas temidas, águas desejadas**: a gestão das águas do rio Amarelo do engenheiro Pan Jixun, 1565-1580. UFPE: Depto História, 2016.
- RIST, Gilbert. **Le développement**. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1997.
- ROY, Manabendra Nath. **Revolucion y contrarrevolucion en China**. Mexico : Roca, 1972.
- SAICH, Tony. The Chinese Communist Party during the Era of the Comintern (1919-1943). Article prepared for Juergen Rojahn, **Comintern and National Communist Parties Project**. Amsterdam: International Institute of Social History. <https://ash.harvard.edu/anthony-saich-articles>. Acessado em 04.07.19.
- SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. **La vue portée au loin**. Une histoire de la pensée anthropologique. Lausanne : Ed. d'En Bas, 1985.
- SERGE, Victor. **1927-29 La révolution chinoise**. Paris : Savelli, 1977.
- SOFRI, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. HOBBSAWM Eric (Ed.) **História do Marxismo**. Vol VIII. O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SOFRI Gianni. **O modo de produção asiático**. História de uma controvérsia marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- STRONG, Anna Louise. **A China na luta pela liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Calvino, 1944.
- STUDER, Brigitte. **Reisende der Weltrevolution**. Eine Globalgeschichte der Kommunistischen Internationale. Berlin: Suhrkamp, 2021.
- TÖKEI, Ferenc. **Zur Frage der asiatischen Produktionsweise**. Berlin: Luchterhand, 1969.
- VISHNYAKOVA-AKIMOVA, Vera Vladimirovna. **Two Years in Revolutionary China, 1925-1927**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1971.
- WALTER, Georges & HUCHI-HSI. **Ils étaient cent mille**. La longue marche. Paris : J. C. Lattès, 1982
- WANG, Gungwu. Juxtaposing past and present in China today. **China Quarterly**, March 1975, N. 61, pp. 1-24.
- WITTFOGEL, Karl. **Le despotisme oriental**. Tradução de Micheline Pouteau. Paris: Minuit, 1959.
- ZOU Jinwen & Song Lizhi. Chinese Economics Students in the USA. Ying Ma, et al. **Thoughts on Economic Development in China**. New York: Routledge, 2013.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Professora na UFPE com pesquisa na área da História da Agricultura, Relações de Trabalho na zona canavieira de Pernambuco. Também ensina e pesquisa sobre a História da China contemporânea no que diz respeito ao mundo rural.

Endereço para correspondência

Rua Gervásio Fioravante, 208 (Casa). Graças, Recife-PE 52011-030. Brasil

Financiamento

Não se aplica.



Agradecimento

A autora agradece as contribuições dos pareceristas e particularmente as preciosas observações e sugestões da sinóloga, Dra. Mariana Yante (CEÁSIA-UFPE), assim como os cuidados da equipe editorial da revista..

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe
Breno Mendes - Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2024 Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 30 de novembro de 2023

Data de alteração: 22 de outubro de 2024

Data de aprovação: 26 de novembro de 2024

